

INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS COMO CANAIS DE PROMOÇÃO DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA

Elisa Cristina Delfini Correa

Doutora em Sociologia Política
Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
elisacorreia61@gmail.com

Jorge Moisés Kroll do Prado

Mestrando em Gestão de Unidades de Informação
Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
jorge.exlibris@gmail.com

Relato de Pesquisa

Resumo

Apresenta uma análise teórico-prática do potencial da rede mundial Internet e das mídias sociais como canal para a integração e promoção da cidadania, tendo como ponto de partida teórico um breve levantamento bibliográfico que discute as características da sociedade da informação e do ciberespaço. Exemplifica a potencialidade de integrar e oferecer espaços para o exercício da cidadania a partir da análise da participação política do bibliotecário no movimento “Vem pra rua”, ocorrido no Rio de Janeiro, Brasil, em 2013. Introduce o trabalho uma observação teórica a respeito das redes sociais da Internet como propulsoras da organização de movimentos sociais, sustentada por Castells (2013), além de uma observação histórica da atuação política do bibliotecário brasileiro. Conclui que as mídias sociais representam um espaço aberto que favorece a integração e possibilita o exercício da cidadania *one off line*.

Palavras-chave

Internet. Mídias sociais. Integração. Cidadania. Movimentos sociais.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, constituiu-se a voz, ou seja, a oralidade, como principal ferramenta de propagação de ideias e ensinamentos transmitidos de geração em geração. Aos poucos, porém, os registros gráficos, desde as pinturas rupestres, foram sendo introduzidos como forma de perpetuar o conhecimento humano até que, no século XV, com as contribuições de Gutenberg para a imprensa, o ato de comunicar-se passa a alcançar um número muito maior de pessoas, mesmo que, ainda inicialmente, com pouquíssimos exemplares impressos de livros e de jornais.

Assim, as ideias começavam a ser espalhadas com mais facilidade e rapidez. Entretanto, o ato da leitura permaneceu de forma basicamente unilateral durante alguns séculos. O leitor raramente tinha a chance de comunicar-se com o autor, discutir suas ideias. Além disso, mesmo nos séculos que seguiram à invenção da imprensa, publicar um livro representava uma tarefa não muito fácil e privilégio de alguns, não da maioria.

Foi com o surgimento da Internet e a criação de espaços digitais específicos, que tanto a publicação de textos quanto o contato direto entre autor e leitor tornaram-se atividades mais simples e mais acessíveis. A popularização da rede Internet e o barateamento de equipamentos e

dispositivos para acessá-la tornaram possível a participação de um público em quantidades inimagináveis na era da oralidade ou mesmo da imprensa em papel.

A Internet inaugurou um novo espaço no qual as pessoas podem usufruir de uma convivência que independe de um lugar físico, um tempo determinado, ou mesmo de uma liderança específica. Esse espaço virtual democrático oferece a oportunidade de participação autônoma, no qual cada indivíduo tem a chance de expor suas ideias, de debater e compartilhar assuntos de seu interesse.

A ampliação desse espaço virtual de convivência e participação social permite a todo cidadão conectado ampliar também sua voz na sociedade, especialmente, a digital. O homem do século XXI é um ser conectado, que recebe, cria e compartilha informações locais e mundiais com um único toque na tela de seu dispositivo.

Encontrar pessoas ou instituições e conectar-se com elas de forma recíproca independentemente de sua localização geográfica, ouvir e ser ouvido encontrando eco em suas ideias e juntando-se a outros com ideologias e interesses comuns, significa amplificar sua capacidade de participação social, sem nem mesmo levantar do sofá. O planeta está agora ao seu alcance. Isso é simplesmente encantador, sedutor, e traz uma inédita sensação de empoderamento ao cidadão comum diante da sociedade digital.

Assim é que percebemos, de forma mais contundente a partir dos anos 2000 com a criação das mídias sociais, o surgimento de movimentos de expressão popular que, para o bem ou para o mal, vem atraindo e articulando um grande número de pessoas que talvez jamais seriam alcançadas fora da Internet.

Essas características da rede mundial de computadores têm levantado intensos debates quanto aos seus aspectos positivos e negativos e isso impulsionou a formação de grupos de pessoas favoráveis ou contrárias à participação em rede através da Internet. O presente artigo se propõe a debater um pouco essas questões, apresentando uma reflexão teórico-prática sobre o potencial da

rede enquanto canal para integração social e cidadania, utilizando como exemplo a participação dos bibliotecários brasileiros no movimento “Vem pra Rua”, ocorrido em 2013.

2 INTERNET E MÍDIAS SOCIAIS COMO AMBIENTES DE COLABORAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A sociedade da informação, segundo Mattelart (2002), inaugura a sociedade pós industrial que tem como principal marca registrada a emergência de máquinas de informática, cujas principais implicações podem ser verificadas nas estruturas geopolíticas, científicas e civilizacionais. Essas implicações resultaram no que ele chama de sociedade global da informação, que circula através de ‘infovias’ e que tem por característica essencial ser uma sociedade em rede.

Mattelart (2002, p.172-173) questiona as benesses dessa nova condição mundial e conclui que:

Os discursos que acompanham a sociedade da informação erigiram em lei o princípio da tábula rasa. Não há mais nada que não seja obsoleto [...]. A comunicação sem fim e sem limites institui-se como herdeira do progresso sem fim e sem limites. Na falta de memória, assiste-se ao retorno de uma escatologia de conotação religiosa que bebe nas fontes das profecias sobre a chegada da noosfera [...]. A sociedade em rede está longe de ter colocado um fim ao etnocentrismo dos tempos imperiais.

Castells (1996) constrói sua argumentação sobre a sociedade em rede também a partir do uso da Internet, que promoveu uma cultura de sociedade interativa em um ambiente simbólico multimidiático.

A Internet, portanto, é fator preponderante na definição da sociedade contemporânea, e sua presença alterou profundamente a cultura baseada na presença física e objetos concretos, fazendo

surgir uma nova cultura digital e virtual, que Levy (1999) chama de “cibercultura”.

Nessa nova ordem cultural verifica-se a formação de espaços de participação e comunicação que representam uma oportunidade ímpar ao ser humano: a capacidade de mover-se para além de seus limites físicos e temporais a fim de agir e interagir com o mundo inteiro no chamado ‘ciberespaço’.

Dentro desse espaço virtual são construídas diferentes sociabilidades nas quais as pessoas conectadas assumem e negociam diferentes papéis e identidades (nem sempre correspondentes à vida *off line*), trocam experiências, criam vínculos, influenciam outros e são influenciados por eles. Enfim, vivem em comunidade, o que pode criar em cada ‘internauta’ um sentimento de pertencimento.

O fato de pertencer a uma determinada comunidade virtual significa a confluência de interesses, gostos e ideais. A noção de comunidades virtuais segundo Máximo (2010, p.35):

Contempla os grupos que emergem da reunião e colaboração em torno de interesses comuns [...] Em outras palavras, as ‘comunidades virtuais’ podem ser concebidas como coletivos mais ou menos permanentes que se organizam a partir das modalidades de comunicação mediada por computador e adquirem características próprias, pressupondo padrões articulados de relações sociais, regras, normas e linguagens desenvolvidas no próprio registro em que ocorrem as interações.

A vida social e comunitária na Internet foi potencializada a partir da criação das mídias sociais nos anos 2000. Através de ferramentas colaborativas *wiki*, ou das chamadas redes sociais na Internet como o *Facebook* e o *Twitter*, por exemplo, foi possível ampliar a comunicação e participação social para milhares de pessoas espalhadas por todo o planeta.

Plataformas como a *Wikipedia*, por exemplo, representam um *locus* de participação popular sem precedentes na construção coletiva do conhecimento. Para Demo (2011, p.116), a criação de uma enciclopédia construída por leigos semi anônimos numa plataforma digital oferece uma outra epistemologia do conhecimento, uma ‘epistemologia virtual’:

A *Wikipedia* conclama a sociedade para produzir conhecimento. Nunca se viu isto antes, porque produzir conhecimento sempre foi uma atividade reservada, preservada, censurada (SHATTUCK, 1987), tendo como patrulheiros os especialistas e as entidades que os abrigavam (DEMO, 2011, p. 117).

A participação em mídias sociais costuma dividir opiniões, geralmente polarizadas entre grupos tecnopessimistas e tecnootimistas.

Como representante do primeiro grupo, Keen (2012, p.25) afirma que as mídias sociais “ameaçam a liberdade individual, a felicidade e talvez a própria personalidade do homem contemporâneo”. Sua obra ‘Vertigem Digital’ apresenta

um discurso contra o compartilhamento e a abertura radicais, a transparência pessoal, o grande exibicionismo e as outras ortodoxias comunitárias devotas de nossa época conectada (KEEN, 2012, p. 25).

Já o segundo grupo acredita que a participação em mídias sociais amplia a capacidade de colaboração, generosidade e transformação social. Pertence a esse grupo o especialista em Internet Clay Shirky, para quem as mídias sociais oferecem um recurso no qual as pessoas comuns podem oferecer o que o autor chama de ‘excedente cognitivo’. O conceito por ele cunhado que supõe que as pessoas escolarizadas desejam contribuir com o que sabem, em seu tempo livre, para a construção coletiva do

conhecimento na sociedade contribuindo, assim, para o bem social:

Nós, coletivamente, não somos apenas a fonte do excedente; somos também quem determina seu uso, por nossa participação e pelas coisas que esperamos uns dos outros quando nos envolvemos em nossa nova conectividade (SHIRKY, 2011, p.31).

Independentemente de opiniões favoráveis ou contrárias, a Internet e as mídias sociais são uma realidade crescente nos dias atuais, e podem ser consideradas como instrumento facilitador para a integração dos mais diversos grupos de pessoas à sociedade da informação. As trocas simbólicas que ocorrem no ambiente virtual podem formar o conjunto de experiências e informações capazes de conduzir os indivíduos a uma melhor qualidade de vida, especialmente através do conhecimento que pode ser ali adquirido:

A ligação à Internet permite aos indivíduos que partilham o mesmo sistema reticular estabelecerem relações “contratuais”, definidas sob a forma de troca simbólica, que se traduz, em última instância, na troca de informações. Esta troca é a condição de integração dos indivíduos numa nova sociedade que se projecta no final deste século - a Sociedade da Informação (MARCELO, 2001, p.85).

O uso da Internet oferece também possibilidades de integração a idosos (GARCIA, 2001) e a pessoas com deficiência (PUPO; VICENTINI, 2002). Além disso, seu uso em ambientes educacionais proporciona a integração social de diferentes faixas etárias de estudantes em diferentes níveis sócio-econômicos, através do acesso e democratização à informação e ao conhecimento (ANDRADE, 2011).

Dentre as muitas possibilidades de ação e integração nesse novo horizonte virtual, as mídias sociais vêm sendo utilizadas como plataformas de expressão e

organização de movimentos sociais, como será visto a seguir.

2.1 Internet e mídias sociais como plataformas de movimentos sociais

O ambiente da Internet apresenta-se como o espaço ideal para agregar e dar voz às pessoas e grupos diversos a fim de se organizarem em movimentos sociais para exigirem e reivindicarem seus direitos numa sociedade ainda injusta e desigual.

Moraes (2000, p.142) afirma que:

O ambiente tendencialmente interativo, cooperativo e descentralizado da Internet introduz um componente inesperado e criativo nas lutas sociais da segunda metade dos anos 90. Partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações.

Castells (2013) analisa esse fenômeno recente, apontando para o surgimento do que chama de “Redes de indignação e esperança”, e que são palco atual de manifestações sociais de “ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança” (CASTELLS, 2013, p.19).

O autor analisa as manifestações apontando algumas diferenças fundamentais nos movimentos sociais pré e pós internet:

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e

amplificadores de toda a história. [...] quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero. (CASTELLS, 2013, p. 19-20)

Dentre as características das redes digitais em sua relação com movimentos sociais da atualidade que Castells (2013) analisa, sob o ponto de vista sociológico, destacam-se:

- o poder de desencadear, ampliar e coordenar revoltas espontâneas como expressão de indignação, particularmente entre os jovens que já as utilizavam como suas redes pessoais de comunicação e interação. “Foi na conexão entre as redes sociais da internet e as redes pessoais que se forjou o protesto”¹ (CASTELLS, 2013, p.29);
- abertura de um espaço de registro de informação, debate e comunicação. O uso de hashtags (#) no twitter possibilita demarcar os assuntos e convocar os manifestantes, os blogs oferecem informações mais detalhadas com “possibilidade substancialmente maior de convencer sua audiência a participar” (CASTELLS, 2013, p.30);
- alto poder de alcance, através de computadores e dispositivos móveis como celulares ou tablets, difundindo imagens e mensagens de mobilização;
- servem de base para a coordenação e organização dos protestos, sem contudo, uma liderança específica, mas com uma forte característica de auto-regulação baseada na participação de todos;
- capacita e incentiva o indivíduo a lutar por seus direitos, dando-lhe voz

em lugares onde a participação política ou não é possível, ou não mais surte o efeito necessário para a melhoria da qualidade de vida.

Castells define os movimentos sociais em rede, apontando suas características fundamentais: 1. são conectados em rede de múltiplas formas (multimodal, online e offline sem possuir um centro identificável - estrutura descentralizada); 2. são simultaneamente locais e globais (começam em contextos específicos, mas estão conectados ao mundo todo); 3. criam o “tempo atemporal”, ao mesmo tempo limitado ao dia de hoje e ilimitado em seus horizontes e em sua potencialidade para criar novas formas de vida e comunidades; 4. amplamente espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação; 5. são virais, isto é, espalham-se de um país a outro, uma cidade à outra; 6. criam companheirismo; 7. por serem horizontais, favorecem a cooperação e a solidariedade; 8. são profundamente autorreflexivos; 9. raramente são programáticos; 10. são voltados à mudança dos valores da sociedade e embora não vinculados a partidos, são fundamentalmente políticos; 11. não possuem liderança, são autogovernados pelos participantes.

Nos movimentos sociais analisados pelo autor (Tunísia, Islândia, Egito, Arábia, Espanha, Estados Unidos e Brasil), as manifestações ocuparam o espaço digital, porém, extrapolaram as redes virtuais e levaram milhares às ruas. As redes foram instrumentos de articulação democrática por um mundo mais justo, democrático e menos violento. O fato de não haver lideranças políticas conduzindo os movimentos, ressalta especialmente o estado de desencantamento e de ausência de confiança no sistema proposto, e desperta uma participação autônoma e auto-regulada na busca de um mundo melhor:

Esse híbrido de cibernética e espaço urbano constitui um terceiro espaço, a que dou o nome

¹ Sobre os protestos na Tunísia, 2010-2011.

de autonomia [...] o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013, p.160).

Todas as pessoas, independentemente de sua classe social, grau de instrução, etnia, religião ou idade, são chamadas a participar, bastando estar suficientemente indignado e esperançoso:

[...] movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet (CASTELLS, 2013, p. 159).

No ano de 2013, o Brasil foi palco de manifestações dessa natureza. Um povo indignado e esperançoso levantou-se e, atendendo ao chamado #vempraruá, espalhado através das redes sociais, tomou praças e avenidas em quase todo o país reivindicando não apenas a redução do preço das passagens de ônibus (o estopim), mas exigindo também o fim da corrupção, justiça e qualidade na prestação dos serviços básicos à população.

Dentre a grande multidão de manifestantes, observou-se a presença e participação da classe bibliotecária. Engrossando as fileiras dos indignados e esperançosos, profissionais e estudantes de Biblioteconomia empunharam faixas e cartazes exigindo não apenas seus direitos como cidadãos brasileiros, mas levantando também bandeiras específicas da classe.

A fim de exemplificar o potencial integrador da Internet e das mídias sociais, o presente artigo apresenta uma breve análise dessa participação, especificamente registrada através de evento aberto criado no Facebook: “Bibliotecários na Luta”, no qual é possível visualizar o uso dessa mídia social

para criar uma rede de mobilização profissional na cidade do Rio de Janeiro, que foi palco de manifestações contundentes e de destaque no Brasil.

3 ‘BIBLIOTECÁRIOS NA LUTA’: MOBILIZAÇÃO PARA CIDADANIA

A análise a seguir apresenta uma breve reflexão sobre a participação política da classe bibliotecária como introdução teórica necessária à análise da presença dos bibliotecários do Rio de Janeiro no ‘Movimento Vem pra Rua’.

A história da Biblioteconomia brasileira traz consigo a marca de uma visão estereotipada na qual se atribui a este profissional uma atitude passiva diante dos acontecimentos sociais e políticos. Segundo essa imagem, o profissional de Biblioteconomia é geralmente retratado como uma pessoa mal humorada que dita normas de conduta silenciosa aos frequentadores de bibliotecas, assumindo posto de guarda aos alunos rebeldes que cumprem castigo na biblioteca da escola, extremamente técnico e rígido, sempre preocupado em manter a ordem nesse ambiente.

No entanto, a profissão, de cunho liberal, representa um compromisso de atuação a favor do livre acesso à informação como insumo para o desenvolvimento humano e a cidadania. Para isto, é preciso que o bibliotecário reconheça possuir uma responsabilidade social e política que ultrapassa suas próprias ideologias, atividades técnicas e administrativas:

como guardiões de registros seminais, os bibliotecários desempenham papéis simultaneamente técnico e político, nos processos de triagem, recuperação e armazenamento de acervos e, principalmente, no relacionamento e interface com o usuário da biblioteca. É nessa atuação que o bibliotecário demonstra seu compromisso ideológico - seja com o poder, seja com a liberdade (LEITÃO, 2011, p.19).

Historicamente as bibliotecas públicas e escolares, além de serem as que mantêm um contato mais direto com a maioria dos cidadãos comuns, são também aquelas cuja subordinação ao poder estabelecido (religioso ou estatal) é mais evidenciado. Este fato possui importância significativa na medida em que essa vinculação relaciona bibliotecas e bibliotecários a instrumentos de controle e dominação a serviço das autoridades políticas ou religiosas, detentores do poder.

Como forma de manutenção desse exercício de poder, a história das bibliotecas é igualmente marcada por censuras, impostas no sentido de coibir o livre acesso à informação considerada prejudicial ao sistema vigente. Assim, verifica-se que, desde o Brasil colonial e passando pela época das repúblicas e da ditadura militar, a biblioteca brasileira enfrentou a arbitrariedade do controle e da censura como forma de manter e, se possível, aumentar a distância entre a população em geral e os livros considerados “perigosos”. Durante o período do governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945), bem como durante o Regime Militar (1964 a 1985), a censura foi especificamente dirigida à publicação e distribuição de livros, bem como a outras expressões da cultura como a música, o teatro e o cinema. Assim, chegavam às bibliotecas (especialmente às públicas) as obras consideradas adequadas segundo critérios do poder vigente.

Na cidade de São Paulo, a atuação do prefeito Prestes Maia (1938-1945) foi contundente em cercear os ideais de uma biblioteca pública voltada para o povo, ideais libertários baseados na biblioteconomia norte-americana e implementados por Rubens Borba de Moraes, um dos primeiros bibliotecários brasileiros. Nesta época, o Departamento de Cultura de São Paulo, bem como a Divisão de Bibliotecas, foram desmontados por Getúlio Vargas, que também cancelou o projeto de biblioteca municipal iniciado por Moraes. Prestes Maia, prefeito de SP entre 1938 e 1945, fechou o Curso Superior de Biblioteconomia em 1939. Revoltado, Rubens Borba reabre e

privatiza o curso, oferecido pela Escola Álvares Penteado, passando em 1940 para a Escola Livre de Sociologia e Política de SP.

No entanto, não existem maiores relatos de uma atuação profissional mais forte diante das ameaças da censura e o bibliotecário, enquanto profissional característico do ambiente ‘biblioteca’, mesmo que indiretamente, assume papel de vigilância nesse contexto, submisso às imposições de seus órgãos mantenedores. Como exemplo, Leitão (2011, p. 155-156) cita o caso de bibliotecários na África do Sul que, durante o *apartheid*, foram colaboradores do regime atuando como censores.

Apesar de não representar a atuação da totalidade dos bibliotecários, existindo também exemplos de atuação positiva contrária à repressão governamental², a imagem comumente retratada é a de uma personagem repressora e ao mesmo tempo reprimida, incapaz de romper paradigmas que ligam tanto a profissão quanto o ambiente da biblioteca a um contexto de rígidas regras que não podem e não devem ser absolutamente desrespeitadas. Talvez este fato seja consequência de um recorrente silêncio dos bibliotecários em sua atuação profissional.

Leitão (2011) avalia que, durante os períodos da história brasileira estudados, as bibliotecas foram ‘alvo indireto’ da censura Vargas e Militar. Entrevistas realizadas pela autora revelam que a maioria das bibliotecas nunca sofreu intervenções graves ou diretamente censórias, com exceção à biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) que foi invadida pelos militares, segundo denunciado pelo entrevistado Prof. Briquet de Lemos em um evento da área em 1979, que afirma que “o curioso é que depois dessa apresentação [...], os jornais entrevistaram a diretora na época, da UnB, [...] ela negou peremptoriamente” (LEITÃO, 2011, p. 135).

² Leitão (2011, p.158) menciona, dentre outros, o caso de bibliotecários franceses que chegaram a perder seus empregos ao contrariar a ordem de retirada de livros cujo conteúdo era considerado oposto à ideologia vigente.

A autora conclui que os governos optaram por “combinar estrategicamente as decisões de restringir verba para infraestrutura adequada e fechar o cerco ao livro” (LEITÃO, 2011, p.188)

Como não há maiores registros de uma atuação profissional capaz de levantar-se contra este descaso (que perdura até os dias atuais), a imagem de um profissional subserviente toma espaço no imaginário social:

Como decorrência indireta dessas decisões, as bibliotecas públicas brasileiras foram consideradas oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural, eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesse do Estado, seu grande agente de implantação e manutenção. (LEITÃO, 2011, p.189)

Entre os muros da Biblioteconomia, contudo, o discurso recorrente é o de um profissional moderno que trabalha num ambiente dinâmico cujo acesso à informação torna-se libertador, já que o livro, insumo básico de ambos, tem o poder transgressor de abrir mentes e formar cidadãos mais conscientes e livres.

A distorção entre a visão que o profissional tem de si mesmo e o imaginário que a sociedade desenvolve sobre ele reflete-se na falta de reconhecimento social da profissão, e a quebra desse estereótipo tem sido um grande desafio para a classe bibliotecária.

As tecnologias de informação e comunicação, especialmente a rede Internet, oferecem uma oportunidade ímpar de estreitamento entre bibliotecário e sociedade. Uma participação mais ativa do bibliotecário na sociedade conectada, seja através de blogs ou perfis nas mídias sociais, pode auxiliar na diminuição desse *gap*, aumentando e melhorando a visibilidade e a credibilidade desse profissional nos dias atuais. Quando essa participação online impulsiona a categoria para ações offline, as

chances de aumentar sua visibilidade crescem ainda mais.

O movimento “Vem pra Rua”, que em meados de 2013 mobilizou o país, contou com a participação de bibliotecários presentes nas passeatas reivindicando de forma organizada na cidade do Rio de Janeiro. Uma parcela de estudantes e profissionais foi às ruas de forma identificada apoiando reivindicações gerais do povo brasileiro e levantando bandeiras específicas da categoria. Este fato pode ser verificado através de um grupo criado na rede social Facebook, cuja análise apresenta-se a seguir³.

3.1 Bibliotecários na Luta: uma análise da participação através do *Facebook*

Criado em 18 de junho de 2013 no *Facebook*, o grupo “Bibliotecários na LUTA!” teve como objetivo reunir bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia na manifestação de 20 de junho realizada no Rio de Janeiro.

A partir das informações públicas que constam na página do evento, foi analisada quali-quantitativamente a participação da categoria na cidade do Rio de Janeiro e o alcance do evento em nível nacional, definindo inicialmente o perfil dos participantes a partir dos seguintes critérios: número de pessoas confirmadas, presença masculina e feminina, faixa etária e ocupação profissional.

Também foi realizada uma análise do conteúdo das postagens, a fim de conhecer quais eram as reivindicações gerais e específicas do grupo e também os relatos e depoimentos da participação. Para tal, utilizou-se como base a análise do discurso feita por Eduardo Serrano e mencionada por Castells (2013, p. 99-100) a partir do movimento dos Indignados ocorrido na Espanha em 2011⁴.

³Os dados analisados referem-se a dados e postagens públicos no Grupo Bibliotecários na LUTA, disponíveis para leitura aberta a qualquer pessoa interessada.

⁴ Os dados apresentados referem-se somente ao número de confirmados e ao que foi possível

3.1.1 Sobre os participantes

O grupo constituiu-se de 185 pessoas confirmadas, das quais 43 declararam que talvez participariam, de um universo de 967 que, apesar de convidadas, não se manifestaram a respeito do convite. O número de mulheres que confirmaram participação no evento representa 62,7% do total, com 116 confirmadas; já o de homens, com 68 deles, representa 36,7%. Verificou-se também a confirmação de uma entidade de classe que representou 0,6% dos envolvidos.

Acessando cada um dos perfis dos 185 confirmados, o gráfico abaixo apresenta as profissões destes indivíduos:

Gráfico 1 – Profissões identificadas dos participantes no movimento “Vem pra rua”



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Da formação acadêmica, 93 se formaram ou estão estudando Biblioteconomia, 02 são do curso de Arquivologia, 05 estão envolvidos em mestrado e doutorado, 02 em pós-graduação *latu sensu* e 07 são oriundos de outros cursos (História, Pedagogia, Serviço Social, Ciências Sociais e Ciência da Informação com um em cada e dois na graduação em Direito).

A faixa etária dos envolvidos tem maior representatividade entre 21 a 30, com 34 participantes. Quanto aos dados extremos, o mais novo tem 19 anos e o mais idoso tem 74 anos. Entre 31 e 40 anos há 10 participantes e dos 41 aos 50 há 3. Não foi possível identificar a idade de 136 envolvidos, quase 74%.

identificar em cada perfil, já que as configurações de privacidade são determinadas por cada um.

3.1.2 Sobre o alcance do evento

Quanto à origem, por mais que o evento real tenha acontecido na cidade do Rio de Janeiro, pessoas do Brasil todo confirmaram presença no evento criado no Facebook, inclusive com uma confirmação internacional, de Portugal. A ilustração abaixo apresenta os dados numéricos (Figura 1).

O fato de pessoas geograficamente distantes demonstrarem interesse e manifestarem apoio ao movimento confirma a percepção de que o mundo conectado é capaz de criar laços entre pessoas fisicamente distantes, mas ideologicamente próximas, favorecendo um engajamento voluntário e criando o que Shirky (2011) chama de “cultura da participação”. As redes sociais criaram o ambiente perfeito para essa participação que, segundo o autor, ocorre em diferentes níveis (ou valores) cuja complexidade vai desde a mais simples (valor pessoal), a valores mais complexos como o comum, o público e o cívico.

O que se verifica em grupos como o “Bibliotecários na LUTA!” é que é possível encontrar os diferentes valores mencionados por Shirky (2011), mas que a participação voluntária de todos tinha como finalidade principal a criação de um valor cívico, já que ir às ruas significava buscar uma qualidade de vida melhor não apenas aos participantes do grupo, mas “melhorar a vida mesmo daqueles que nunca participaram” (SHIRKY, 2011, p.156).

No caso do evento analisado, o convite para a participação desafiou a classe bibliotecária a participar da escrita de “mais uma folha da história do nosso país e os Bibliotecários farão parte disso”. A chamada convocava profissionais e estudantes a uma atuação consciente e corajosa: “Se está com medo? Vá com medo!” (NUNES; RANGEL, 2013).

Desta forma, os participantes do evento criado por e para bibliotecários no Facebook tornaram-se agentes de um movimento maior que tinha como objetivo principal tornar o Brasil um lugar mais justo para se viver. Para tal, bandeiras foram

literalmente levantadas através de cartazes, faixas e frases de efeito. O conteúdo desses

materiais é analisado a seguir.

Figura 1 – Alcance do evento por estados brasileiros



Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

3.1.3 Sobre o conteúdo das postagens

O evento possui um total de 118 postagens publicadas pelos participantes do grupo, que incluíam diferentes assuntos que iam desde perguntas e dúvidas simples sobre a realização da passeata, como horário e local para os encontros, mensagens de apoio e elogios à iniciativa, até depoimentos pessoais da experiência de participação e orientações técnicas para os participantes.

Os depoimentos relatam as experiências dos participantes nas ruas, que contam, inclusive, histórias de prisões sofridas por eles.

As postagens com orientações traziam também a pauta das reivindicações que ora eram pautas comuns ao movimento “Vem pra Rua”, compartilhadas a partir da participação dos gerenciadores do evento em reuniões mais amplas e gerais, ora eram sugeridas pelos participantes do grupo. Estas se configuravam, em sua maioria, em pautas específicas da classe bibliotecária.

A pauta geral incluía as seguintes reivindicações: tarifa zero, desmilitarização

da polícia e liberdade aos manifestantes presos.⁵

Os eixos principais do movimento, compartilhados nas postagens, também vinham de plenárias superiores ao grupo “Bibliotecários na LUTA”, e eram os seguintes:

1 - retorno (diminuição) das tarifas de ônibus, somando melhorias na qualidade dos transportes públicos e considerando uma luta unificada no Rio de Janeiro pela tarifa zero.

2 - o movimento lutará contra qualquer projeto por parte do governo do Estado de caráter privatizante tanto nas áreas de esporte (destacando-se o Maracanã), da saúde, educação, segurança, infraestrutura e obviamente do transporte público. Neste eixo acrescentaram-se as lutas contra as remoções de famílias do Rio de Janeiro. E ainda o movimento se focará na melhoria dos sistemas públicos através de uma

⁵ “Pauta definida na plenária do IFCS. A plenária teve representantes de diversos movimentos sociais, coletivos, grupos, partidos e indivíduos” (NUNES; RANGEL, 2013).

exigência maior de verbas para saúde e educação.

3- Pela liberdade de todos os presos criminalizados (por “vandalismo”) durante as manifestações passadas até o dia de hoje e mantendo esse foco caso haja novas prisões pela cidade durante as próximas manifestações. As negociações com o governo e prefeitura só se darão após a anistia (liberdade e arquivamento de processos) dos presos durante as manifestações.

4- Somos contra qualquer arbitrariedade, abuso de poder, repressão ou qualquer forma de violência letal ou não letal aos manifestantes que direcionarão o movimento de maneira pacífica e organizada.

5- Lutaremos pela democratização dos meios de comunicação: sem censura (maior transparência) e imparcialidade das principais redes. FIM DO MONOPÓLIO DA INFORMAÇÃO SOBRE O MOVIMENTO.

A tônica do movimento em todo o país girava em torno desses eixos e representava também o anseio dos bibliotecários participantes na condição de cidadãos brasileiros, incluindo o repúdio às PEC 33 e 37⁶. Castells (2013, p.179), no posfácio dedicado à edição brasileira, afirma que “do Passe Livre se passou ao clamor pela Liberdade em todas as suas dimensões”, na busca do

irreversível empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo o que sabemos do futuro é que eles o farão. Mobilizados (CASTELLS, 2013, p.182).

No anseio de clamar pela “liberdade em todas as suas dimensões”, bandeiras

específicas voltadas às bibliotecas e à profissão do bibliotecário também foram erguidas. Nas postagens e em fotos publicadas, os manifestantes envolvidos com o evento “Bibliotecários na LUTA” exigiram através de cartazes, faixas e frases de efeito, como as abaixo descritas:

1. Diga não às bibliotecas sucateadas
2. Queremos salários dignos
3. Por mais bibliotecas e menos agências bancárias
4. Cadê nossa biblioteca?
5. Queremos escolas, hospitais e bibliotecas públicas no padrão Fifa
6. Por uma política decente de bibliotecas públicas e municipais que leve em conta o bibliotecário como agente principal e não como coadjuvante.

Esta pauta, antiga e bastante conhecida entre os profissionais da área, tornou-se pública e juntou-se a muitas outras que refletiram especialmente a falta de confiança na classe política brasileira em representar o direito à dignidade de seus cidadãos.

Assim, pode-se concluir que o evento “Bibliotecários na LUTA!” trata-se de um movimento que procurou mobilizar bibliotecários para a participação unida, corajosa e democrática na luta pelos direitos de cidadãos e da categoria de forma pacífica e coesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto contemporâneo brasileiro e mundial, as mídias sociais trouxeram um novo modo de convívio, com novas facilidades, trazendo essas mesmas características aos movimentos sociais por elas mediados. Exemplo disso foi como se desenvolveram as atividades referentes ao movimento “Vem pra Rua!”, em cidades brasileiras durante o ano de 2013.

⁶ PEC é a sigla para “Proposta de Emenda Constitucional”. A de número 33 altera a forma de se votar os novos projetos de lei transferindo seu controle ao Congresso Nacional, que os aceita ou não (BRASIL, 2011). Já a PEC 37, também conhecida como “PEC da Impunidade”, definiria que somente as polícias civis e de cada Estado seriam responsáveis por investigações criminais (BRASIL, 2011).

A participação do bibliotecário nesse movimento, analisado através do evento especialmente criado no *Facebook*, exemplifica o potencial agregador e integrador com vistas ao exercício da cidadania e demonstrou o surgimento de uma nova consciência da categoria, mais presente e sensível à vida política e cidadã.

A partir da análise teórica e do exemplo aqui discutido, é possível concluir

que as mídias sociais da Internet constituem-se em um *locus* de participação capaz de agregar e mobilizar pessoas em lugares e realidades distintas, unidas pelos mesmos interesses e propósitos. Assim sendo, a Internet pode ser considerada um canal de integração que oferece oportunidades para o exercício da cidadania que extrapolam o ambiente digital, combinando uma atuação *one off line*.

INTERNET AND SOCIAL MEDIA AS AN INTEGRATION AND CITIZENSHIP PROMOTIONAL CHANNEL

Abstract

This paper presents a theoretical and practical analysis of the potential of the global network Internet and social media as a channel for the integration and promotion of citizenship, having as theoretical starting point a brief literature review that discusses the characteristics of the information society and cyberspace. Exemplifies the capability to integrate and provide spaces for the exercise of citizenship based on the analysis of the librarian's political participation in the movement "Vem para a rua", held in Rio de Janeiro, Brazil, in 2013. It introduces the work a theoretical observation about the Internet social networks as driving the organization and social movements, supported by Castells (2013), and a historical observation of the political action of the Brazilian librarian. It concludes that social media represent an open space that favors integration and enables the exercise of online and offline citizenship.

Keywords

Internet. Social media. Integration. Citizenship. Social movements.

Artigo recebido em 15/05/2015 e aceito para publicação em 29/09/2015

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. P. R. da. **O uso das tecnologias na Educação:** computador e internet. 22f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Biologia à Distância) – Consórcio Setentrional de Educação à Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1770/1/2011_AnaPaulaRochadeAndrade.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda à Constituição nº 33 de 2011.** Altera a quantidade mínima de votos de membros de tribunais para declaração de inconstitucionalidade de leis; condiciona o efeito vinculante de súmulas aprovadas pelo

Supremo Tribunal Federal à aprovação pelo Poder Legislativo e submete ao Congresso Nacional a decisão sobre a inconstitucionalidade de Emendas à Constituição. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=876817&filename=Tramitacao-PEC+33/2011>. Acesso em: 17 fev. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda à Constituição nº 37 de 2011.** Acrescenta o parágrafo 10 ao Art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=969478&filename>

me=PEC+37/2011>. Acesso em: 17 fev. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEMO, P. **A força sem força do melhor argumento: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”**. Brasília: IBICT, 2011.

GARCIA, Heliéte Dominguez - **A terceira idade e a internet: uma questão para o novo milênio**. 160f. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital: por que as redes estão nos dividindo, diminuindo e desorientando?** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

LEITÃO, B. J. M. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão**. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: 34, 1999.

MARCELO, Ana Sofia - **Internet e novas formas de sociabilidade**. 159f. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2001. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/marcelo-ana-sofia-internet-sociabilidade.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÁXIMO, M. E. Da metrópole às redes sociotécnicas: a caminho de uma antropologia do ciberespaço. In: RIFIOTIS, T. et al. **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 29-46.

MORAES, Dênis de. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, n. 2, v. 23, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16072-16073-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

NUNES, Yasmin; RANGEL, Thayron. **Bibliotecários na LUTA!** [evento no Facebook]. Publicado em: 20 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/134903710048936>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
PUPO, D. T.; VICENTINI, R. A. B. **A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais**. Publicado em: 15 out. 2002. Disponível em: <<http://sid.usal.es/idocs/F8/FDO24708/regina.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

SHIRKY, C. **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOUSA, L. M. M.; AZEVEDO, L. E. O uso de mídias sociais nas empresas: adequação para cultura, identidade e públicos. In: Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte, 9., 2010, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Intercom, 2010. Disponível em: <http://www.design.org.br/artigos_cientificos/Midias-sociais-cultura-identidadeepublico.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2015.

SPINAK, E. Indicadores cientiométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998.

TANANBAUM, G. Article-Level Metrics: A SPARC Primer. **SPARC**, p. 14, 2013.

UOL NOTÍCIAS. **Em dia de maior mobilização, protestos levam mais de 1 milhão de pessoas às ruas no Brasil.** Publicado em: 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/20/em-dia-de-maior-mobilizacao-protestos-levam-centenas-de-milhares-as-ruas-no-brasil.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n. 2, p.229-239, 1993.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos.** São Paulo: Cultrix, 1993.

WILKINSON, J. W; CERULLO, M. J. **Accounting information systems: essential concepts and applications.** 3. ed. New York: John Willey, 1997.

YUEXIAO, Z. Definitions and sciences of information. **Information Processing & Management**, v. 24, n.4, p.479 - 491, 1988.

WEITZEL, S. R. **Os repositórios de e-prints como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das Ciências da Comunicação no Brasil.** São Paulo, 2006. 360f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.